Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics

Journal homepage: www.ipebj.com.br/forensicjournal

Os Modos de Vida Constituídos pelo Homicida: um Estudo de Caso

The Lifestyle Incorporated by Murderer: a Case Study

Lorrâny Ferreira¹, Gilmar Antoniassi Júnior¹, Gema Glagani da Fonseca¹,
Raquel Gonçalves da Fonseca¹, Fernanda do Valle Corrêa Ramos²

¹ Departamento de Graduação em Psicologia da Faculdade Patos de Minas, MG, Brasil

² Universidade Federal de Minas Gerais, MG, Brasil

Received 05 January 2015

Resumo. Devido ao desaparecimento do sujeito homicida após o cumprimento da sentença, resta a interrogação sobre os efeitos que o dispositivo jurídico teve sobre suas vidas e o tipo de inclusão social. Sabendo o que pode levar a uma significação em relação à punição é possível articular novos modos de resposta. O objetivo deste estudo é identificar as formas de vínculo social e modos vida constituídos pelo homicida após o cumprimento da pena. Este é um estudo de caso baseado em pesquisa qualitativa descritiva realizada por meio de entrevista semiestruturada com orientação psicanalítica, gravada e transcrita, realizada somente com um sujeito, considerando-se os princípios éticos em pesquisa. A entrevista foi realizada na Clínica Escola de Psicologia. Os resultados apontaram para o declínio da imagem paterna, o que trouxe consequências diversas, entre elas a desconstrução dos ideais que ajudam no temperamento da agressividade e da tensão próprias dos seres humanos, provocando uma vacilação na identificação do sujeito. Porém, o uso do trabalho, família e religião, como sistemas simbólicos oferecidos pela cultura, para se sustentar frente a esse real sem lei e se orientar na vida afastou do crime. O judiciário vem sendo convocado a exercer a função simbólica 'do pai', por meio da aplicabilidade de penas, a fim de conter o prazer desenfreado que a contemporaneidade apresenta. Conclui-se que o sistema judiciário zeze 'por um pai' garantidor da consistência e da completude, tarefa impossível de se cumprir, e favoreça em ações que sujeito possa se arranjar na vida com outros enlaçamentos.

Palavras-chave: Formas de vida; Laços sociais; Responsabilidade; Homicida.

Abstract. Due to the disappearance of the subject murderer after serving the sentence, there remains the question. Knowing what can have a meaning in relation to the punishment it is possible to articulate new response modes. The objective of this study is to identify the forms of social bonds and life modes consisting of the murderer after serving the sentence. This is a case study based on a descriptive qualitative research that was done by a psychoanalytic semi-structured interview, recorded and transcribed, performed with a single individual, considering the ethical principles of research. The interview was conducted at the Clinical School of Psychology. The results point out to the decline of the father image, what brought several consequences, including the deconstruction of the ideals that help themselves to temper aggression and tension of humans, causing a hesitation in identifying the subject. However, the use of work, family and religion as symbolic systems offered by culture, to support the face of this real lawless and guide in life away from crime. The judiciary has been called upon to exercise the symbolic function 'father', by means of the application of penalties in order to contain the rampant pleasure that contemporary features. It was concluded that the judiciary should care 'as a guarantor of consistency and completeness father', impossible to fulfill the task, and in favor actions that subject can be arranged in life with other textual loops.

Keywords: Ways of life; Social bounds; Responsibility; Killer.

1. Introdução

O presente trabalho insere-se no campo da investigação qualitativa e para saber sobre a concepção do processo de constituição de sujeito é preciso compreender os conceitos psicanalíticos de Freud a Lacan a partir do entendimento a que reporte ao conceito de Nome-do-Pai, desenvolvido por Lacan.

Freud, na segunda tópica da teoria psicanalítica, culmina a formulação das instâncias que compõem o aparelho psíquico: ego, id e superego. Nos escritos de Freud de 1923, o ego é situado a serviço de três senhores e, conseqüentemente, ameaçado por três perigos: o mundo externo, a libido do id e a severidade do superego. É a partir da segunda tópica que o ego intervém como agente de defesa, o superego como agente das interdições e o id como polo pulsional. O ego, a partir dessa descrição é, em grande parte, inconsciente, e o id passa a ser o reservatório primário de energia psíquica onde se defrontam as pulsões. O superego inibe os atos ou provoca remorsos e é considerado por Freud como a instância judiciária do nosso psiquismo. O papel interditor do superego foi primeiro, representado por uma potência externa, pela autoridade parental. A criança não possui inibições internas, obedece aos seus impulsos aspirando apenas ao prazer¹.

O ego dá conta dos investimentos objetivos e se sujeita ou desvia-se pelo recalque e, nesse sentido, o caráter do ego é um precipitado de catexias objetivas abandonadas e o mais importante traz como inscrição, marcas traços, a história dessas escolhas de objeto. O ego, então, assume as características do objeto e assemelha-se a ele pela via da identificação, apontado como ideal do eu. Na origem do ideal do eu, permanece oculta a primeira e mais importante identificação: a identificação ao pai. Tal identificação é referenciada como um traço, como um processo que constitui e instaura o aparato psíquico e o sujeito, cuja nova ação psíquica necessita de um ideal que opera enquanto significante. Lacan faz alusão ao processo 'Complexo de Édipo' e explica o processo de formação do sujeito a partir deste, que também segue pela via da identificação².

O processo de formação do sujeito no Complexo de Édipo dá-se em três momentos. No primeiro e segundo momento, a criança nasce e se sente um prolongamento da mãe, sendo colocada no lugar de falo e de desejo para a mesma. No terceiro tempo, o pai entra nessa relação dual mãe-filho como representante da lei para interditar o desejo da mãe substituindo-o pela função do pai, que passa a ser idealizada e identificada pelo filho, tornando-se Ideal do eu. O filho sai da posição de assujeitamento ao desejo e à demanda da mãe, deixando de ser o falo para ter o falo³.

Na perspectiva freudiana, a castração está relacionada ao complexo de Édipo, sendo alçada na articulação entre o desejo e a lei. Tanto o complexo de Édipo quanto Totem e Tabu colocam em cena o Pai real, apontado para o engajamento simbólico do sujeito, para a renúncia do gozo incestuoso, descrito em sua obra denominada Mal-estar na civilização⁴.

A entrada do significante Nome-do-Pai é denominada metáfora paterna e permite ao sujeito ter acesso aos discursos, mediante a perda de gozo. Esse significante também é responsável pela estrutura psíquica do sujeito: no estado de neurose, psicose e perversão. A introjeção desse significante dá-se através do discurso estabelecido pela mãe, através da linguagem, que determina o desencadeamento da operação da função simbólica exercida pelo pai. A mãe carece de dar testemunho de sua falta, ou seja, certificar sua castração para que a criança reconheça a autoridade do pai como significante de valor, tornando-se para a criança o Grande Outro e fazendo com que o sujeito se oriente a vida, regulado pelo desejo⁵.

A lei paterna, como interditora, impossibilita a satisfação plena, na medida em que a mãe exerce seu papel representativo de objeto fundamental, e para sempre o objeto proibido. Nesse sentido, desejar, para a psicanálise, está relacionado a uma falta estrutural, tendo a castração como estruturante do processo de subjetivação, fundante do saber sobre o desejo, sobre sua realização impossível, pois há algo que sempre escapa ao sujeito. Os objetos do mundo humano são apenas substitutos desse objeto primordial e por mais diversas que sejam as experiências de satisfação através de objetos substitutivos que a cultura mediatiza, há uma falta constitutiva que impede o sujeito de atingir o prazer absoluto. O gozo deve ser entendido como diferente do prazer, pois ele está atravessado pela pulsão de morte. O conceito de gozo vem para situar a satisfação paradoxal da pulsão. Enquanto o desejo visa a anular a falta, o gozo leva ao excesso sem limite. Neste sentido, a intervenção paterna, ao dividir o sujeito entre desejo e gozo, aponta para o fato de que os sintomas são uma defesa contra este mal-estar radical, inerente à constituição da própria civilização⁶.

A internalização da lei através da figura paterna sucede pelo mito descrito por Freud em “Totem e Tabu” para encenar seu nascimento. O mito retrata a revolta dos irmãos contra o pai da horda, gozador de todas as mulheres. Os irmãos mataram o pai e o devoraram, colocando assim um fim à horda patriarcal. O pai, que era temido e invejado modelo de cada um do grupo de irmãos, fora devorado e através desse ato, realizavam sua identificação com ele. Após terem se livrado do pai surgiu um sentimento de culpa. Então, movidos pelo remorso instituíram, como forma de tabu, as duas normas que regem a sociedade primitiva: a proibição do homicídio e a interdição do incesto. É através desse mito freudiano que se retraça a passagem da natureza à cultura⁷.

Lacan, referindo-se a esse mito diz que “o pai só proíbe o desejo com eficácia porque está morto”. Portanto, é possível dizer que a morte do pai é o que consolida a introjeção da lei e a articula ao desejo. Dessa forma, como elemento pelo mito do Édipo que a representação do assassinato do pai é a condição expressa do gozo e que o pai que assume a essencial função simbólica, é o pai morto. O pai morto que se tornou a lei, é o que Lacan chamou de Nome-do-Pai^{4, 8, 9}.

O termo Nome-do-Pai serve para identificar o pai como àquele que institui a lei através da linguagem. “É no nome do pai que se deve reconhecer o suporte da função simbólica que, desde o limiar dos tempos históricos, identifica sua pessoa com a imagem da lei”. É a representação do significante que deve estar sempre

presente para sustentar a autenticidade da fala e dizer que há algo que autoriza a introjeção da lei. Esta não só é a primeira Lei do homem, mas também a que estrutura o sujeito, a que inaugura o desejo como desejo do desejo do Outro, mas a que viabiliza o exercício da função da linguagem, que se estabelece nos laços entre o sujeito e o outro^{10,4}.

1.1. Formas de vida

A *forma de vida* expressada pela filosofia analítica de Wittgenstein elucida o ato da linguagem e seus ‘jogos’, da mesma forma que Lacan se refere ao laço social pela vertente da linguagem. A linguagem tem como função fazer o sujeito interagir com o ambiente, apontando para a não existência de um molde fixo, e que o sujeito possa a partir dela definir o como, o quê, quando e onde pode falar o que se fala. É, portanto, antes de tudo, ‘ação’, pragma. “Ao falar, agimos, e, a partir dessa performance, quando palavra e ação coincidem, inscrita na própria definição do que é linguagem, nasce o que chamamos de sujeito”¹¹.

A noção de Jogos-de-Linguagem, proposta por Wittgenstein, propõe que os diálogos se constroem a partir de três momentos: o primeiro deles, quando alguém fala; o segundo, quando alguém responde correspondendo ao convite para um dado Jogo-de-Linguagem; e, finalmente, quando o terceiro pronunciamento atesta que houve um acordo entre os interlocutores e sabem que se comunicam e qual é o jogo em que estão envolvidos. A aproximação entre a noção de Jogos-de-Linguagem e a Psicanálise encontra amparo no próprio Freud, quando diz que “nada acontece entre eles, salvo que conversam entre si”. Está implícito nessa afirmação do inventor da Psicanálise que, quando duas pessoas falam, afetam-se mutuamente. Essa é a ideia de Jogos-de-Linguagem^{11, 12}.

A partir do conceito ‘formas de vida’ da filosofia analítica de Wittgenstein, a psicanálise lacaniana optou por utilizar o termo *modos de vida* para falar de sintoma, definido como modo particular que o sujeito tem de gozar de seu inconsciente, passando pelo Outro e instaurando o laço social¹³.

1.2. O crime segundo a Psicanálise e o Direito

As tensões entre os homens são à base do crime e, quando elas surgem, demonstram a articulação da cultura com a natureza. O crime revela que há um mal-estar e inerente a qualquer sociedade civilizada, o mal-estar é a origem dos crimes e

transgressões em todas as sociedades. A civilização utiliza-se de esforços supremos a fim de estabelecer limites para os instintos agressivos do homem e manter suas manifestações sob controle por formações psíquicas reativas. A fonte de ações em que se estabelecem os limites se dá pela introjeção das leis e normas dispostas pela própria sociedade, através do sonho de justiça que seja justa e que possa eliminar o mal-estar ocasionado, sendo que para a psicanálise o mal estar é inerente e que os impedem de conviver em paz^{14, 15}.

Diante do semelhante e devido às tensões suscitadas, o sujeito vacila em responder – são as vacilações na responsabilidade. A psicanálise contribui para a compreensão do crime que elucida a percepção do sujeito que responde de várias formas, não como espera o criminólogo, ou seja, com a razão, consciência. Em última instância, o objetivo da criminologia seria a reintegração do criminoso na comunidade e, para isso é esperado que ele confessasse seu erro, para que possa ser responsabilizado. A confissão seria a garantia dos fundamentos sobre os quais a criminologia se sustenta. Contudo, a psicanálise reconhece outras instâncias no sujeito e o assentimento à punição não se dá por uma comunicação racional e consciente¹⁴.

A realidade de um crime deve ser captada como expressão da violência do superego, pois repercute no indivíduo por seus efeitos patogênicos, que são sentidos como culpa e, pela culpa, demonstra os efeitos dos crimes primordiais – incesto e parricídio, revelando a tensão entre o sujeito e o social. Tal instância, em sua perspectiva simbólica, instaura um ideal no eu e apesar de introjetar uma lei, exige uma satisfação, apresentando um caráter duplo de introjetar a lei e representar as exigências de satisfação provenientes do id. Ele coloca o ego em conflito com o ideal, que diz respeito à divisão do sujeito em relação ao desejo; e com a realidade, que exige a satisfação, demonstrando a dimensão do gozo¹⁴.

No olhar do Direito, ante um ato criminoso as legislações vigentes determinam a eventual culpabilidade do acusado e o castigo a aplicar. Para a Justiça Penal, a premeditação e o estado de consciência durante o ato criminoso, contribuem, dentre outros aspectos, para estabelecer o grau de responsabilidade do acusado. No entanto, a responsabilidade edificada e invocada na legislação não é a mesma que a argumentada na psicanálise. Não existe sociedade em que a relação entre o crime e a lei não se manifeste pelo castigo. Por outro lado, toda sociedade exige do apenado uma aceitação subjetiva a respeito do crime cometido e sua pena. A responsabilidade e a culpa são duas regras ordenadoras do direito e

correspondem a dois princípios psicanalíticos fundamentais, contudo, não possuem o mesmo valor. A alma do criminoso não é invocada no tribunal somente para explicar o crime e introduzi-la como um elemento a mais na atribuição jurídica das responsabilidades. Se ela é invocada com tanta ênfase, com tanto cuidado de compreensão e tão grande aplicação científica, é para julgá-la, ao mesmo tempo em que o crime, e fazê-la participar da punição^{16, 17}.

O homicídio é um dos tantos crimes previstos nas leis penais, tais como o furto, o roubo e as lesões. A classificação de homicídio, segundo as leis do direito, leva-se em conta o ato quando existe a intenção de matar a vítima e é considerado como um ato doloso; quando o ato, mesmo conhecendo o possível resultado de morte e o indivíduo crê poder evitá-lo, no entanto, falha e o resultado se concretizam, é considerado como *involuntário ou culposos ou negligente*; e o ato ao qual se refere às intenções do homicida, que em princípio buscou o prejuízo de uma pessoa, sem pensar que essa ação poderia causar a morte, é considerado como *preterintencional*. Diferenciam-se as classes de homicídios e não a classe de homicidas. O tipo penal geral (homicídio simples) está previsto no Art. 121 do Código Penal que preconiza “matar alguém”, com pena em abstrato de 6 a 20 anos de prisão. O homicídio qualificado tem pena de 12 a 30 anos de prisão¹⁷.

1.3. A Responsabilidade: uma discussão Psicanalítica e Penal

A responsabilidade, concebida como resposta de um sujeito que pode acontecer a partir da entrada do *Outro* e da *lei*, preserva o semblante do direito penal que diz que a justiça se faz porque há uma distinção fundamental: há coisas que são permitidas, porque existem algumas proibições. Nesse sentido, considera-se a dimensão simbólica da lei, que instaura uma diferença. A resposta responsável de um sujeito está frente ao real, que no caso do crime, seria a articulação de um ato à sua subjetividade, já que o ato é sem sujeito¹⁴.

A culpabilidade jurídica está enlaçada aos conceitos de responsabilidade e à possibilidade de governar suas próprias ações, os quais todos aqueles que podem ‘compreender a criminalidade do ato ou dirigir suas ações’ serão considerados imputáveis. Assim, sustenta-se que a culpa jurídica se apresenta e acontece logo após o cometimento do crime, quando através de um juízo o indivíduo se torna responsável por seu ato¹⁷.

Para que um juiz possa determinar a responsabilidade penal de um imputado é indispensável que tenha em conta a conjunção de dois elementos, sendo a inteligência ou discernimento do indivíduo, que torna acessível a ele a noção do bem e do mal; e a livre vontade e ou liberdade que possibilita ao agente escolher entre uma e outra conduta. O critério de imputabilidade reside na “consciência” e na liberdade de atuar, sendo então, culpável e responsável por seus atos. Dessa forma, se quem delinque, por causa de uma enfermidade, é incapaz de compreender o ilícito de sua atuação ou, conhecendo, é incapaz de inibir-se, não será considerado culpado ou responsável. A intervenção da justiça poderia ser um chamado a essa condenação, pois diz respeito ao universal da castração. A responsabilidade é o chamado para que o sujeito possa responder pelo ato que praticou^{14, 17}.

Para Lacan, referenciado por Tendlarz e Garcia, o sujeito é sempre responsável por seus atos, o que não significa que seja culpável em relação à sanção que invoca. Desde seus primeiros trabalhos, Lacan tem destacado e antecipado que se vive em um tempo em que a noção de responsabilidade hesita cada vez mais. Essa hesitação é correlatada ao advento de uma pretensão de objetivação do crime, cujo fim é reduzir-se a isso. Assim afirmou que se vive em uma sociedade regida por ideais cada vez mais utilitários, mais comprometidos em um movimento acelerado de produção, e onde se deseja, de todos os modos, desconhecer a significação expiatória do castigo. Assiste-se a uma época onde se deixou de utilizar o castigo em seu alcance exemplar e passou-se a absorvê-lo sob um fim correccional, castigo que leva uma significação de repressão e que, cada vez mais se torna insuportável¹⁷.

Pela punição, pode-se definir a responsabilidade. As formas de castigo determinadas em uma sociedade demarcaram a resposta da infração à lei. Em todas as sociedades é mantida essa relação, portanto a responsabilidade é universal, ainda que exija uma modalização. O assentimento subjetivo, referenciado por Lacan, diz que para o castigo obter sua significação é imprescindível tal assentimento, por sua vez está articulado com os modos de resposta do sujeito. Este conceito revela a problemática do sujeito às voltas com a lei. A lei que interessa à psicanálise não é a mesma que importa ao direito. A lei jurídica se orienta pelo ideal, tem como objetivo a normatização das condutas. A lei que interessa à psicanálise é aquela que visa ao singular, que institui a particularidade. É a isso que se refere o conceito de assentimento^{10,14}.

É na certeza de que um crime não ficará impune que se baseia o direito moderno. Por essa via, o preço do crime é a punição, custo inscrito e calcado no sistema jurídico e na lógica social. O próprio delito insere o sentimento de culpa que parte da ordem do real, daquilo que não pode ser simbolizado e impossível de ser posto em palavras que se expressa numa ordem simbólica de representações, na medida em que o crime encontra-se codificado nas leis sociais e jurídicas. A pena determinada pelo direito estabelece a conexão entre o ato criminoso e a culpa inconsciente. Mas, para que o castigo tenha uma significação e seja eficaz em relação a seu propósito punitivo e que proporciona o alívio da culpa, é imprescindível que haja o processo de assentimento subjetivo¹⁸.

2. Método

Trata-se de uma pesquisa de campo de análise qualitativa descritiva realizada na forma de estudo de caso, através da amostra composta por um egresso qual se realizou uma análise sobre a narrativa do egresso do Sistema Prisional de uma cidade da região do Alto Paranaíba, Estado de Minas Gerais, que cumpriu pena por homicídio. A seleção do sujeito ocorreu mediante o estágio de triagem psicológica, realizado no 1º semestre de 2013, na Clínica Escola de uma Faculdade.

O presente estudo atendeu aos princípios éticos para pesquisa, para tanto foi submetido à análise ética e acompanhamento do Comitê de Ética em Pesquisa. A fim de garantir o preceito ético que envolve pesquisa solicitou-se autorização por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e somente após assinatura efetivou-se o processo de coleta de dados.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi composto por um roteiro de entrevista semiestruturada a partir de propensões Psicanalíticas, em que se teve como instrumento mediador identificar o mal-estar da desinserção social, com o propósito de deixar o discurso do sujeito mais livre, não havendo sub-agrupamento e divisão de categoria.

A entrevista ocorreu na Clínica Escola de uma instituição de ensino superior, sendo gravada e transcrita na íntegra. A entrevista teve a duração de dois encontros de, aproximadamente, 1h30min cada um, nos dias 27 e 28 de junho de 2014, no horário de 16hs as 17h30min. O primeiro encontro foi para que a pesquisadora estabelecesse o rapport com o sujeito, para que o objetivo do trabalho fosse apresentado e assinado o TCLE. No segundo encontro aconteceu a entrevista

semiestruturada, tendo como orientação as perguntas do projeto e após a mesma houve o encerramento.

Os dados foram analisados qualitativamente à luz do referencial Psicanalítico, que prioriza a associação livre presente no discurso do sujeito. A oferta de palavra promovida pela metodologia aplicada através da sistematização da entrevista auxiliou no esclarecimento do processo de inclusão do sujeito homicida na sociedade. Este referencial é considerado adequado para a identificação dos processos que envolvem a análise da singularidade dos discursos subjetivos, sendo pertinente à análise das formas de vida e dos laços sociais no que se refere aos fatores componentes do processo de reinserção social do sujeito homicida. Considera-se também que o mesmo possibilitou a discussão dos resultados das informações coletadas, por viabilizar a comparação destas informações aos casos identificados na literatura pertinente.

3. Resultados

Mediante a coleta de dados da entrevista com o participante do estudo, foi possível identificar no sujeito a presença do Discurso do Mestre, que se evidencia no relato em que o sujeito atribui o saber ao irmão, que ocupa este lugar de saber do mestre, e produz nele a verdade, o ato, de ter que comprar o revólver e fazer o que lhe foi passado, colocando-se assim na posição de escravo do mestre:

“Na época eu tinha 13 anos e eu trabalhava pros outros e era muito, na época eu já tava aprendendo a cortar lenha de motosserra. Aí naquela época quem comprava uma bicicleta, é igual hoje se um jovem tirar carteira e comprar uma motoca nova. E eu lembro que eu fui lá em Lagoa Grande comprar uma bicicleta novinha, era uma bicicleta verde, eu juntei dinheiro muito tempo, sobrou só uma mixaria, mas eu tava empolgado. Aí eu tava passando na porta da venda, voltando do trabalho, eu parei lá, escorei a bicicleta no tripé e parei lá pra beber um guaraná. Eu tava de um jeito que não tava cabendo dentro da roupa, de tão bom que eu tava achando. Hora que eu saí lá de fora, um tonto com um copo de pinga na mão tentando montar na bicicleta. Aí eu cheguei lá e danei com ele e ele pegou e me jogou essa pinga. Aí eu fui embora. Eu fiquei tão descontrolado que eu não dei conta de montar na bicicleta, eu fui empurrando a bicicleta. Aí eu topei com o meu irmão, esse mais velho, e contei ele a história e ele falou assim: Você tem que pegar o que você tem e vender e comprar um revolver, porque a hora que um te jogar uma pinga, você enxuga. Enxuga assim, pega e mete bala, foi o que ele falou. Aí eu tinha umas

bezerras, eu vendi essas bezerras, mas a bicicleta eu não dispus dela, não. Eu lembro que eu comprei uma arma automática, uma 380, 15 balas no pente, bala 38.”

A forma de vida estabelecida pelo sujeito antes do crime cometido, destaca-se pelos recursos precários que não proporcionavam ao sujeito caminhos alternativos de lidar com situações em que estivesse sob pressão ou ameaça, necessitando de que houvesse uma atuação para que sua integridade fosse mantida, podendo ser notada na citação acima onde se reforça, através do relato em que ele expressa, a traição de sua noiva, situação que feriu sua integridade enquanto sujeito, levando-o a cometer o homicídio para que tal integridade fosse preservada:

“Eu descobri que a minha noiva tava me traindo. Ai eu não importei com aquilo, tinha decidido não casar com ela mais. Mas eu deixei, fazendo de conta que tava fazendo de tolo, sabe? Aí quando foi um dia, tava chegando ela e a mae dela na casa da irmã dela. Ela pegou e falou pra mim: Eu to grávida. E eu falei: então é de fulano, não é meu não. E ela pegou e me soltou a mão na cara, sabe? Eu tava com um revolver no bolso. Não deu outra, porque eu já era meio azucrinado sabe? Aí foi caixão e vela preta.”

O sujeito não apresentou dificuldade em estabelecer laços sociais, utilizando o trabalho para tal fim, sendo possível identificar em seu discurso:

“Aí eu fui tomar conta de uma fazenda lá nos Quintinos, fiquei lá muito tempo. Depois eu saí de uma fazenda, fui pra outra, o senhor lá era separado da família, da mulher dele. E nós dávamos muito certo, porque os filhos dele eram casados, e ele não andava à noite sozinho e eu ia com ele quando ele queria sair e tal, quando ia fazer farra lá os amigos dele me elogiavam e ele falava que eu era que nem aliança pra ele, de ouro e prata.”

Após o cumprimento da pena, o sujeito consegue estabelecer uma outra forma de vida em torno dos novos laços sociais, a partir da família e da religião, possibilitando criar outro modo de viver, expressado através do relato em que fala sobre a sua vontade de construir uma família e sobre a sua ligação com Deus, o que deu ao sujeito certa estabilidade na vida:

“Mas igual eu tava te falando, eu tava lá fechado e falei: Não, eu vou cumprir minha pena., porque o dia que eu acabar de cumprir minha pena, eu vou arrumar uma família, porque se a minha vida não melhorar mais do que tá, piorar não piora não. Eu saí. Eu arrumei uma família e a minha vida melhorou... [...] Hoje eu rezo pra

Deus e peço muita paciência, porque quando acontece o que aconteceu comigo, a gente fica assim. Se a gente chegar a infezar, a gente pensa: Se eu matar fulano, eu tenho sossego. Por isso que hoje eu sou outra pessoa, Deus me dá paciência que eu não infezo...”

A partir destes relatos, foi possível observar as novas formas de vida e novos laços sociais que o sujeito construiu após o cumprimento da pena. O sujeito apresentou boa comunicação, o que o ajudou a ter um bom relacionamento familiar e interpessoal. Ele não demonstrou inibição durante seu relato, contribuindo para que a entrevista acontecesse de forma livre e clara, facilitando a interação entre entrevistador e entrevistado. A finalização da entrevista se deu de forma tranquila e serena de ambas as partes; por parte do entrevistador pela realização do trabalho e por parte do entrevistado pela escuta que foi oferecida a ele.

4. Discussão

Pode-se perceber através dos resultados que os recursos expressos pelo sujeito referem-se à utilização para lidar com as situações em que se encontra sob pressão ou ameaça, devido ao seu desamparo familiar e função paterna exercida precariamente pelo irmão, deixando-o vulnerável. O discurso utilizado pelo sujeito como laço social identificado no discurso do Mestre, onde destaca sua posição de escravo do mestre, produzindo uma atuação expressa à verdade, denominada acting-out. Trata-se de uma ação que se aproxima do sintoma, porque nela existem coordenadas simbólicas, ainda que inoperantes. Esse tipo de atuação serve-se do recurso da fantasia para mostrar uma cena dirigida ao Outro, representando uma história em um ato. O Outro é convocado e, em cena, lhe é mostrado o objeto da angústia. Não o objeto, mas uma falácia colocada em seu lugar. O *acting-out* é um apelo em ato para que apenas o outro produza uma ordem, ordene o mundo do sujeito, refaça o enquadre desarranjado¹⁴.

A atuação no lugar do dizer pode ser considerada também uma definição dos chamados novos sintomas, que podem acontecer a partir do declínio da imago paterna. Tal declínio conduziu e produziu a desconstrução dos ideais que funcionavam temperando a agressividade e tensão próprias da civilização, além de provocar uma vacilação na identificação dos sujeitos impedindo que o sujeito saiba como se orientar no campo do gozo. Porém, frente a esse real sem lei, o homem tem à sua disposição vários sistemas simbólicos que a cultura lhe oferece, como a ciência, a magia, a religião, na tentativa de se sustentar frente ao irremediável^{14,17,19}.

A tentativa do sujeito de se sustentar, utilizando a religião e a família, dispondo-se dos sistemas simbólicos que lhe são oferecidos, é expressa no caso. Permite compreender que, antes de se dispor de tais recursos oferecidos pela sociedade, o sujeito necessitou da intervenção do Direito para se localizar o que expressa à convocação a atuar de forma a instituir o pai e zelar por ele, na possibilidade de se oferecer às partes do processo judicial o acesso ao simbólico, com a consequente orientação, contenção e limitação da violação dos direitos¹⁹.

A demanda dirigida ao Judiciário tenta retornar ao pai instaurador, graças a essa intervenção social, para que assim, talvez, o sujeito possa se constituir e vir a se responsabilizar pelo seu ato. O encontro com os operadores do direito pode favorecer o franqueamento ao simbólico para que o sujeito possa se arranjar na vida com outros enlaçamentos não tão violentos ou segregatórios com a delinquência¹⁹.

²⁰.

A função paterna é o que também possibilita os laços identificatórios entre os integrantes de uma mesma sociedade. Nesse sentido, a Lei primordial, não só inaugura a passagem da natureza para a cultura, mas também rege as alianças. Se constituem agrupamentos humanos, sendo a família, o principal deles, isto devido a sua importância tanto para o processo institucional social com a regulação do gozo, quanto para a constituição do sujeito e sua entrada na cultura. Com efeito, o modo singular do sujeito de desejar e circular no laço social está relacionado ao Nome-do-Pai instituinte da subjetividade à sociedade, possibilitador do entrelaçado do real, simbólico, imaginário e dos discursos. A teoria dos discursos formaliza os laços sociais entre os humanos na medida em que são seres de linguagem e de libido, sendo também uma estrutura discursiva, um instrumento de linguagem que instaura certo número de relações estáveis⁴.

A identificação ao irmão colocando-o no lugar do mestre, sendo seu escravo, ao qual foi lhe dado à ordem e o sujeito submeteu-se ao discurso do mestre, representa a estrutura do discurso do mestre e evidencia-se através da relação que se estabelece o laço entre o senhor e o escravo. Relação por meio da qual o escravo (eu) demonstra a verdade do senhor (líder). O líder dá a ordem, cumprindo sua função. No matema do discurso do mestre tem-se: “a lei (S1) no lugar do agente, o saber (S2) no lugar do outro (o submetido a esse discurso), o sujeito (\$) no lugar da verdade, e o objeto a, simultaneamente, como o resto e o produto”. Dessa maneira, o discurso do mestre inaugura a condição do humano na linguagem; em

outras palavras, é a modalidade discursiva instituinte do sujeito. Esse assentimento, consentimento, ocorre ao preço da perda de liberdade, pelo medo de perder o amor do líder (pai)⁴.

5. Considerações Finais

Ao averiguar-se o cumprimento da pena judicial que auxiliou o sujeito no estabelecimento de outra forma de vida, e na construção dos laços sociais, devido a reclusão pelo homicídio, atentou-se que o mesmo, possivelmente, auxiliou o sujeito em estabelecer outra forma de vida capaz de conceber laços familiares e religiosos, que o auxiliam a se orientar na vida com outros enlaçamentos, que não os arrebatam para o crime.

É longínquo afirmar que os resultados obtidos neste estudo possam difundir em características expressas a todos os indivíduos que cumprem pena judicial quando este é um homicida. Devido ao estudo ser restrito a um único sujeito, podendo afirmar a validade do trabalho em um ponto inicial a ser evidenciado em uma amplitude maior que se busque averiguar as características expressas no sujeito em estudo, as contribuições concludentes constituídas por este estudo evidenciam a satisfação do objetivo proposto, apontando a importância da função paterna ser exercida enquanto referencial para o sujeito.

Quando a função paterna é exercida precariamente, podem-se perceber algumas de suas consequências, como a dificuldade do sujeito de se orientar na vida e a identificação entre os sujeitos, que leva à construção de laços sociais possibilitando o discurso do mestre. Tal discurso evidencia a relação que se estabelece o laço entre o senhor e o escravo. O senhor representa a figura do pai, cujo escravo obedece às regras pelo medo de perder o seu amor. A posição do sujeito não se modifica e se encontrará sempre no lugar do escravo, porém mudam-se os senhores e após o cumprimento da pena esse lugar passou a ser ocupado pela religião e a família^{4, 19}.

Diante da análise dos resultados, foi possível verificar que a hipótese levantada no estudo foi negada. Consubstanciado que o cumprimento da pena não segregou o sujeito do convívio social, opoente em que o auxiliou no estabelecimento de novos vínculos.

Conclui-se que devido ao gozo desenfreado da contemporaneidade, a justiça vem sendo convocada a exercer a função simbólica da figura representativa do pai, por meio da aplicabilidade de penas, afim da tentativa de possibilitar ações que

propõe em conter o gozo. Há a expectativa de que o sistema judiciário zeze por um pai garantidor da consistência e da completude, tarefa impossível de se cumprir.

Afinal, com base nas observações realizadas no âmbito do estudo, a principal causa para que o sujeito cometesse o crime, foi a precária função paterna exercida simbolicamente pelo irmão, porém a função exercida pelo sistema judicial favoreceu o franqueamento ao simbólico para que o sujeito pudesse se arranjar na vida com outros enlaçamentos não tão violentos ou segregatórios com o crime.

Por fim, diante dos resultados encontrados no caso, faz-se evidência a necessidade de refletir a possibilidade da criação de políticas de inclusão do sujeito egresso do sistema prisional na sociedade, embora o sujeito estudado tenha apresentado facilidade em se reinserir socialmente. Tal reinserção só foi possível, pois houve o assentimento subjetivo por parte do sujeito, dando significado ao castigo e possibilitando a articulação de novos modos de resposta e enlaçamento social.

Referências

1. Freud S. O Ego e o Id e outros trabalhos (1923-1925). Rio de Janeiro: Imago; 2006; v.19: 25-80.
2. Stener AS. A identificação e a constituição do sujeito. Juiz de Fora: Psicologia Ciência e Profissão [periódico da internet]. 2004 [acesso em 31 mar 2014]; 24(2):55. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v24n2/v24n2a07>>.
3. Guimarães C. A vida infantil segundo Jacques Lacan: o estágio do espelho, o desejo da mãe e o Nome-do-Pai. [periódico na internet] 2009 [acesso em 31 mar 2014]. Disponível em: <<http://psicosaber.wordpress.com/2009/11/13/a-vida-infantil-segundo-jacques-lacan-o-estagio-de-espelho-o-desejo-da-mae-e-o-nome-do-pai/>>.
4. Hoyer C. Nome-do-Pai na instituição [dissertação]. Rio de Janeiro: Universidade Veigade Almeida-UVA; 2008: 28-103.
5. Wolfart G. O pai moderno delapiadado efeito do declínio do modelo patriarcal. São Leopoldo: Revista do Instituto Humanista Unisinos. [periódico na internet]. 2008 [acesso em 15 mar 2014]; 6(257). Disponível em:<http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2001&secao=267>.
6. Brandão HMD. A lei em nome do pai: impasses no exercício da paternidade na contemporaneidade [dissertação]. Salvador: Universidade Federal da Bahia-UFB; 2005: 14.

7. Freud S. Totem e tabu e outros trabalhos (1913-1914). Rio de Janeiro: Imago; 2006; v.11: 145-7.
8. Lacan J. O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise (1959-1960). Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1991: 363-372.
9. Lacan J. O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise (1969-1970). Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1992: 14-167.
10. Lacan J. Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1998: 128-279.
11. Marzagão LR. Psicanálise e pragmática: ensaios e escritos heréticos. Belo Horizonte: A. S. Passos; 1996:10-30.
12. Freud S. Um estudo autobiográfico, inibições, sintomas e ansiedade, análise leiga e outros trabalhos (1925-1926). Rio de Janeiro: Imago; 2006, v.20: 83.
13. Greiser IB. O psicanalista frente aos sintomas sociais. Sephora. [periódico na internet]. 2008: [acesso em 05 abr 2014]; 3(6). Disponível em: <http://www.isepol.com/asephallus/numero_06/artigo_01_port.htm>.
14. Salum MJG. A psicanálise e o crime: Causa e responsabilidade nos atos criminosos, agressões e violência na clínica psicanalítica contemporânea [dissertação]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ; 2009: 44-130.
15. Freud S. O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931). Rio de Janeiro: Imago; 2006, v.21: 130.
16. Foucault M. Vigiar e punir. 10ª ed. Petrópolis: Vozes; 1999, ed 20: 22.
17. Tendlarz SE, Garcia CD. A quem o assassino mata?: O serial killer à luz da criminologia e da psicanálise. São Paulo: Atheneu; 2013: p.1-60.
18. Barra MB. A clínica psicanalítica em um ambulatório para adolescentes em conflito com a lei. Estudos e pesquisas em psicologia. [periódico na internet]. Rio de Janeiro; 2007: [acesso em 05 abr 2014]; 7(3): 436-7. Disponível em: <<http://www.revipsi.uerj.br/v7n3/artigos/pdf/v7n3a06.pdf>>.
19. Albuquerque JER. Declínio da autoridade paterna: Do Nome-do-Pai ao sintoma. Revista Tribunal Regional do Trabalho 3ª região. [periódico na internet]. Belo Horizonte; 2006: [acesso em 01 set 2014]; 43(73): 61-5. Disponível em: <http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_73/Judith_Albuquerque.pdf>.
20. Nogueira CSP. A questão do pai para o adolescente infrator e os impasses na transmissão do desejo [dissertação]. Belo Horizonte: Faculdade de filosofia e ciências humanas da UFMG; 2006: 125-35.